

Estado Social e Educação - A escola a tempo inteiro

FRANCISCO FERNANDES

Estado Social e Educação - A escola a tempo inteiro

Cerca de 19 mil crianças – e as suas famílias – beneficiam deste modelo. Considerando uma família-tipo de 4 pessoas, podemos afirmar que cerca de 25% da população da Região beneficia deste modelo de apoio Educativo/Social.

Por decisão recente, o Conselho de Governo determinou o lançamento de um concurso público destinado à construção da EB1PE das Romeiras, em Santo António, uma nova Escola a Tempo Inteiro (ETI), o que dá o mote para uma breve reflexão sobre o modelo em causa, quer do ponto de vista Educativo, quer Social.

Trata-se da penúltima escola a ser construída (a última será a EB1PE do Imaculado Coração de Maria, já em compromisso programático do Governo regional), ao abrigo do programa de generalização do modelo ETI na Região Autónoma da Madeira.

Com capacidade para 280 crianças/alunos, permitirá encerrar, logo que disponível, as EB1 da Chamorra e dos Três Paus, conseguindo-se assim racionalizar recursos, prestar melhor serviço, não agravar custos com Educação e, simultaneamente, reduzir a pressão sobre outras escolas da zona (Tanque/Santo António, Ladeira e Achada) o que contribuirá, também, para a solução futura da EB1PE do Lombo dos Aguiares (a ser intervencionada em breve).

O programa ETI, desencadeado em 1994/95 e gradualmente implementado, assume uma vertente que vai muito para além da Educativa e entronca um eixo Social imprescindível para as famílias.

O tempo e a disponibilidade familiar, por imperativos laborais, não são, hoje, os mesmos que no passado. A Escola, funcionando a tempo inteiro, não só garante o acolhimento seguro das crianças, como proporciona um conjunto de complementos educativos que não estão ao dispor das famílias e que se revelam essenciais para uma educação completa: actividade física, expressão plástica, língua estrangeira, tecnologias, artes, etc., podendo acrescentar-se projectos específicos como a Educação Alimentar, Rodoviária, Ambiental, Hábitos de Vida Saudável, entre outros.

Saliente-se, a este propósito, que todas estas actividades se realizam sob enquadramento de docentes, com horários completos (como consequência do regime de funcionamento cruzado - metade das turmas com actividades curriculares de manhã, e metade de tarde, cruzando com as actividades de complemento curricular nos turnos inversos), resultando daí ganhos de empregabilidade, de qualidade e de rentabilização de recursos infraestruturais.

As orientações apontam para que os alunos dos 1º e 2º anos tenham actividades curriculares de manhã e as actividades de complemento à tarde, sistema que se inverte nos dois anos finais do 1.º ciclo. A maioria dos docentes assegura a continuidade pedagógica do 1º ao 4º ano fazendo sobrepor, de forma profissional, o primado pedagógico ao administrativo e às comodidades pessoais.

Cerca de 19 mil crianças – e as suas famílias – beneficiam deste modelo. Considerando uma família-tipo de 4 pessoas, podemos afirmar que cerca de 25% da população da Região beneficia deste modelo de apoio Educativo/Social.

Este tipo de apostas – educativas e sociais – não se fazem sem custos e sem um sinal de influência nos rácios alunos/professor. Há que assumi-lo sem tibiezas e estar disponível para fazer a defesa do modelo, quer estejamos na administração, nas famílias, nas escolas ou nas estruturas docentes.

Errado e demagógico é fazer comparações entre os nossos rácios e os do resto do país ou da Europa. Um sistema de ETI representa para cada escola o dobro dos docentes; um sistema de estabelecimentos de Educação (creches, infantários e jardins-de-infância) tutelados pela Secretaria Regional de Educação (e não à Segurança Social como no resto do País, ou às IPSS's, como nos açores) acrescenta centenas de Educadores de Infância ao sistema Educativo; um modelo que atribui à Educação as responsabilidades com a Educação Especial e com a Reabilitação (que no resto do País são responsabilidade da Segurança Social), faz crescer centenas de docentes especializados e técnicos que se somam ao conjunto dos recursos.

Por isso, de admirar seria que os nossos rácios não fossem 'piores' (digo, 'melhores'!) que os do resto do País.

Como antes referi, não se trata apenas de uma resposta Educativa. É também uma resposta Social e um dos espelhos de defesa do Estado Social que teimamos querer manter na Madeira e no Porto Santo.

Dadas as exigências que a vida diária coloca hoje às famílias (horários laborais, deslocações, emprego de ambos os progenitores, etc.) é fácil avaliar a importância desta resposta Educativo/Social constituída pela Escola a Tempo Inteiro que, para além da escolaridade do 1.º Ciclo do Ensino Básico, proporciona uma grande diversidade de complementos educativos, garante alimentação saudável (socialmente participada), transportes escolares (assegurados pelas Autarquias e socialmente participados), com enquadramento profissional garantido por Educadores e Professores, em ambiente da maior segurança no espaço escolar.

Se dúvidas houver, que se questionem os Encarregados de Educação, sobre a sua organização familiar diária caso este modelo não existisse; que se questionem os Educadores e Professores que devem a sua empregabilidade ao arrojo Político/Educativo/Social constituído pelo modelo de Escola a Tempo Inteiro desenvolvido desde 1994 na Região Autónoma da Madeira; que se inquiram os jovens, hoje alguns já adultos, quanto ao peso educativo que o enriquecimento curricular, proporcionado pela ETI, representou na sua formação global como cidadãos.

Francisco Fernandes